



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo

1000677-22.2025.5.02.0433

Tramitação Preferencial
- Discriminação

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/04/2025

Valor da causa: R\$ 40.392,56

Partes:

RECLAMANTE: ----- **ADVOGADO:** RENATA ALIBERTI DI
CARLO RECLAMADO: -----.

ADVOGADO: DHIEGO TADEU RIJO MOURA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Santo André
ATSum 1000677-22.2025.5.02.0433
RECLAMANTE: -----

RECLAMADO(A): -----

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 18 de junho de 2025, na sala de sessões da MM. 3ª Vara do Trabalho de Santo André, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho DIEGO PETACCI, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 1000677-22.2025.5.02.0433, supramencionada.

Às 10:13, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante -----,
pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). RENATA ALIBERTI DI CARLO, OAB 177493/SP.

Presente a parte reclamada ----- representado (a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) . -----,
acompanhado(a) de seu (a) advogado(a), Dr(a). LUCAS MARTINS FERREIRA, OAB 490098/SP.

As partes presentes deverão acostar aos autos os documentos eventualmente faltantes para a regularidade de suas representações processuais no prazo de 05 dias, sob as penas do artigo 76 do CPC.

CONCILIAÇÃO REJEITADA.

Defesa escrita, com documentos.

Réplica oral pela reclamante neste ato nos seguintes termos: "Sustenta que a reclamante mudou de endereço e a reclamante nunca recebeu telegramas, que a reclamante estava em tratamento médico e psiquiátrico, a reclamante teve que remover o útero, a reclamada não entrou em contato. Nada mais".

Depoimento pessoal do(a) reclamante: inquirido(a), disse que:

1. o último benefício beneficiário se exauriu em maio de 2024;
2. afirma a depoente que trocou de celular, mas manteve o mesmo número, ficou sem o contato da reclamada, e não foi procurada pela reclamada, e que não retornou ao trabalho pois ainda estava em tratamento medico;
3. no momento a depoente está desempregada;
4. a depoente não reside mais na ----- sendo que alterou seu endereço no início de 2023 e informou a reclamada por link do google forms;
5. nunca recebeu nenhum telegrama após o encerramento do seu benefício;
6. a depoente não procurou nenhum posto da reclamada pois estava acamada em outra cidade e estava residindo no município de Itanhaém sendo que se tratava em Santos;
7. afirma a depoente que fez cirurgia em abril de 2024 e estava com atestado médico na época de seu desligamento;
8. não se recorda quando foi o último contato entre a depoente e a empresa por Whatsapp. Nada mais.

A reclamante dispensa a oitiva da reclamada. As partes

não têm outras provas a produzir.

Encerrada a instrução processual.

Rejeitada a última proposta conciliatória.

Razões finais remissivas.

PROFERE-SE NESTE ATO A PRESENTE SENTENÇA:

Dispensado o relatório nos termos do art. 852-I da CLT.

A reclamada não juntou aos autos nenhum telegrama convocatório da reclamante para retorno ao trabalho, o que por si só já exclui o elemento subjetivo do abandono de emprego à luz da jurisprudência pacificada sobre o tema:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RECLAMADA. NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DEDUÇÃO DO AVISO PRÉVIO . RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE REVISTA. SÚMULA Nº 422, I. NÃO PROVIMENTO . EXAME DA TRANSCENDÊNCIA PREJUDICADO. É ônus da parte impugnar, de forma direta e específica, os fundamentos pelos quais a decisão recorrida negou o pedido de dedução do aviso prévio, a teor do entendimento preconizado na Súmula nº 422, item I. Na hipótese , o Tribunal Regional concluiu que o pedido de dedução do aviso prévio estava precluso. Nas razões do recurso de revista, a agravante não atacou de forma direta e específica o fundamento da decisão denegatória, limitando-se a trazer argumentos pelos quais entende ser devida a dedução do aviso prévio . Nesse contexto, tem-se por desfundamentado o recurso de revista, nos termos da Súmula nº 422, I. Prejudicada a análise da transcendência. Agravo de instrumento a que se nega provimento. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA . NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ABANDONO DE EMPREGO. NÃO COMPROVADO . TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. NÃO CONHECIMENTO. A controvérsia dos autos centra-se em definir se ficou caracterizado o abandono do emprego. A jurisprudência desta corte é pacífica no sentido de que o abandono de emprego pressupõe dois elementos para ser caracterizado e que estes devem ser comprovados pela reclamada em razão do princípio da continuidade da relação de emprego . O elemento objetivo diz respeito à ausência injustificada ao trabalho por 30 dias. Já o elemento subjetivo se caracteriza pela intenção do trabalhador de não mais retornar ao emprego. Precedentes. No caso em análise , o Tribunal Regional consignou que não pode ser caracterizada a justa causa, pois o empregador não enviou telegrama ou qualquer outro meio de comunicação pedindo que o reclamante voltasse ao trabalho, bem como não verificou sua situação previdenciária

em razão do acidente de trabalho . Assim, de acordo com o delineado no acórdão regional não se pode considerar caracterizado o abandono de emprego em razão da ausência de comprovação dos elementos objetivo e subjetivo. Assim, não há como se alterar a decisão regional sem a revisão de fatos e provas, procedimento não admitido em recurso de revista (Súmula nº 126). Intacta a Súmula nº 32, bem como superada a jurisprudência colacionada em razão de entendimento diverso desta Corte Superior sobre o ônus da prova. Nesse contexto, a incidência do citado óbice é suficiente para afastar a transcendência da causa, uma vez que inviabilizará a aferição da existência de eventual questão controvertida no recurso de revista, e, por conseguinte, não serão produzidos os reflexos gerais, nos termos previstos no § 1º do artigo 896-A da CLT . Recurso de revista de que não se conhece.

(TST - RRAg: 01005481020215010401, Relator.: Jose Pedro De Camargo Rodrigues De Souza, Data de Julgamento: 10/09/2024, 8ª Turma, Data de Publicação: 16/09/2024)".

Nesse sentido, a mudança de endereço alegada até mesmo período relevância, visto que a reclamante não comprova convocação por qualquer meio da reclamante para retorno ao trabalho.

Assim, afasta-se a tese de abandono de emprego.

Por conseguinte, nos termos da Súmula 443 do TST e da Lei 9029/95 declaro inválida a dispensa da reclamante, haja vista a condição de portadora de neoplasia maligna, doença estigmatizante, de pleno conhecimento da reclamada. Oportuno destacar que neste ato a reclamante reitera sua pretensão de reintegração ao emprego, sendo esta sua faculdade nos termos do art. 4º da Lei 9029/95.

Assim, determino a REINTEGRAÇÃO da reclamante ao trabalho. Considerando o efeito meramente devolutivo do recurso ordinário, deve a reclamante se apresentar munida de sua CTPS na base da reclamada (-----), no seu horário original de trabalho, na data de 23.06.2025, ficando a reclamada desde já cientificada (STJ, Súmula 410) de que deverá, ato contínuo, promover a reintegração da reclamante, independentemente de eventual necessidade de afastamento médico, com o cancelamento da dispensa em CTPS digital, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00, até o limite de R\$ 50.000,00.

Condeno ainda a reclamada a indenizar salários e frações de 13º salário, férias+1/3 e FGTS desde a dispensa (02.07.24, conforme CTPS digital) até a efetiva reintegração (Lei 9029/95, art. 4º, I). O FGTS deverá ser depositado em conta vinculada.

Ante a reintegração deferida, prejudicados os pedidos de verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Autoriza-se, por seu turno, a compensação do saldo líquido rescisório de R\$ 1,00 pago à reclamante, conforme TRCT de Id. 3ca42aa.

Quanto à indenização por danos morais, pondero que o STF declarou a constitucionalidade do art. 223-G da CLT (ADI 6050). Reputo que a dispensa da reclamante em contexto sem nenhuma tentativa válida de contato com esta, sabedora a reclamada do estado de saúde da reclamante e do caráter estigmatizante de sua enfermidade, é fato de elevada gravidade.

Condeno a reclamada a pagar à reclamante indenização por danos morais de R\$ 30.000,00.

Não se cogita de dedução, pois os títulos deferidos não foram quitados nem sequer parcialmente, mas fica autorizada a compensação com o saldo líquido rescisório pago, conforme exposto supra.

CONCLUSÃO

Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os ----- contra ----- para:

I - declarar NULA a dispensa da reclamante, restabelecendo o contrato de trabalho entre as partes;

II - DETERMINAR a REINTEGRAÇÃO ao emprego da reclamante. Considerando o efeito meramente devolutivo do recurso ordinário, deve a reclamante se apresentar munida de sua CTPS na base da reclamada -----), no seu horário original de trabalho, na data de 23.06.2025, ficando a reclamada desde já cientificada (STJ, Súmula 410) de que deverá, ato contínuo, promover a reintegração da reclamante, independentemente do trânsito em julgado ou de eventual necessidade de afastamento médico, com o cancelamento da dispensa em CTPS digital, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00, até o limite de R\$ 50.000,00;

III - Condenar a reclamada a pagar à reclamante de forma indenizada salários e frações de 13º salário, férias+1/3 e FGTS desde a dispensa (02.07.24, conforme CTPS digital) até a efetiva reintegração (Lei 9029/95, art. 4º, I). O FGTS deverá ser depositado em conta vinculada;

IV - Condenar a reclamada a pagar à reclamante indenização por danos morais de R\$ 30.000,00.

Fixo honorários advocatícios sucumbenciais de 10% do saldo bruto liquidado dos títulos deferidos supra, devidos pela reclamada, à patrona da reclamante. Apenas a reclamada sucumbiu.

Vedada a incidência tributária, pois os títulos deferidos supra são indenizatórios.

Não se cogita de dedução, pois os títulos deferidos não foram quitados nem sequer parcialmente, mas fica autorizada a compensação com o saldo líquido rescisório pago, conforme exposto supra. Liquidação por cálculos.

Correção monetária: a) na fase pré-processual, incide IPCA-E+juros TRD; b) na fase processual, até 29.08.2024, Selic; c) a partir de 30.08.2024, IPCA + a diferença entre Selic e IPCA (CC, art. 406, § 3º). A Taxa Selic compreende juros de mora e correção monetária, sendo vedada sua utilização cumulativa com qualquer outro índice de juros ou correção.

Quanto à indenização por danos morais incidirá, a partir do ajuizamento da ação, a) a taxa Selic até 29.08.2024 e b) a partir de 30.08.2024, IPCA + a diferença entre Selic e IPCA (CC, art. 406, § 3º), em estrita observância aos termos da ADC 58 (PROCESSO Nº TST-E-RR-202-65.2011.5.04.0030).

Defiro os benefícios da justiça gratuita à parte reclamante.

Custas pelo réu, no importe de R\$ 1.000,00, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R\$ 50.000,00.

Dispensa-se a expedição de ofício à União nos termos da Portaria PGF nº 47/2023.

Cientes as partes NESTE ATO. Cumpra-se. Nada mais.

DIEGO PETACCI
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por SAMARA ANGELICA JANUARIO DURANTE, Secretário(a) de Audiência.



Documento assinado eletronicamente por DIEGO PETACCI, em 18/06/2025, às 10:58:54 - 99de93c
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25061810583275300000406269777?instancia=1>
Número do processo: 1000677-22.2025.5.02.0433
Número do documento: 25061810583275300000406269777